

A adopção pela voz das crianças

*Representações e expectativas
sobre a adopção e a família,
em crianças institucionalizadas*

- Projecto de investigação -

Cadeira: Sociologia da Família e do Casamento

Docente: Dr.^a Maria das Dores Guerreiro

Discentes: Sandra Cunha – nº 20248

Licenciatura em Sociologia – 4º ano

Junho 2004

©2004 Sandra Mestre da Cunha

1. Introdução

1.1. Justificação e delimitação temática

Com este trabalho proponho-me perceber quais as representações e expectativas de crianças institucionalizadas, sobre a adopção em geral e as futuras famílias em particular.

A adopção constitui o instituto que visa proporcionar às crianças desprovidas de meio familiar o desenvolvimento pleno e harmonioso da sua personalidade num ambiente de amor e compreensão, através da sua integração numa nova família.

Há hoje cerca de treze mil e quinhentas crianças acolhidas em instituições e famílias idóneas, cujo projecto de vida deve ser urgentemente definido, sendo certo que a institucionalização não pode ser considerada uma solução, mas tão somente uma medida de protecção.

Deste modo, urge conhecer melhor e mais profundamente a realidade vivida por estas crianças por forma, a se possível, agir de facto, segundo o Superior Interesse da Criança.

Ao pensar na situação de crianças institucionalizadas à espera de serem adoptadas, as perguntas que naturalmente surgem, são: Querem as crianças de facto, ser adoptadas ou preferem continuar a viver na instituição tutelar que as acolhe até reunirem autonomia suficiente para a integração na sociedade? Se lhes fosse dado a escolher, que “tipo” de família escolheriam? Casal relativamente jovem ou mais idoso? Com ou sem filhos naturais? Prefeririam viver antes com um só adoptante? Importar-se-iam se o adoptante fosse de outra etnia ou homossexual? Resumindo, que têm as crianças a dizer sobre a sua adopção e sobre a família que vai passar a ser a sua?

Dar de facto destaque à máxima: “No supremo interesse das crianças” e, portanto, dar-lhes a oportunidade de expressarem as suas opiniões, ideias, representações, emoções e expectativas em relação às decisões tomadas sobre a sua vida e o seu futuro, é a ideia, no fundo, que anima esta investigação.

1.2. Apresentação dos capítulos

Tratando-se de um projecto de investigação, apresentarei de seguida muito resumidamente os diversos momentos que constituirão este estudo, com excepção da análise dos dados e apresentação dos resultados, que ficarão para uma fase posterior.

A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

Deste modo, no capítulo 2 apresentarei uma resenha sintética dos autores e teorias pelos quais orientarei a problemática desta investigação. Será referida a concepção da criança pela Sociologia da Família e a sua nova abordagem pela Sociologia da Infância. Os conceitos de Socialização, Reprodução Interpretativa, Representações e Expectativas serão resumidamente abordados e por último será apresentada uma breve caracterização das crianças e jovens a viverem em lares e das instituições de acolhimento, a nível nacional. No terceiro capítulo será apresentada a problemática inerente às questões de partida já referidas e as respectivas dimensões de análise e indicadores agregados. O modelo de análise será apresentado esquematicamente e apresentarei ainda as hipóteses de trabalho que orientarão esta pesquisa. Por último, no quarto capítulo, referirei os procedimentos metodológicos necessários para levar a cabo este desafio a que me propus.

2. Contextualização Teórica

2.1. A criança na Sociologia da Família

É crucial no âmbito deste trabalho a incursão na Sociologia da Família, na medida em que se pretende inquirir sobre as representações familiares das crianças e sobre as suas expectativas em relação à futura família. Isto pressupõe o manusear de uma série de conceitos desenvolvidos pela Sociologia da Família e a compreensão das formas e modos de funcionamento familiares.

Apesar da família ser uma das instituições mais antigas, não teve sempre a mesma configuração nem espacial nem historicamente. De facto, nas sociedades modernas assiste-se hoje a um aceso debate e a diversas reflexões de intelectuais das mais variadas áreas, sobre as recentes transformações e recomposições que a família tem sofrido. Parece consensual que a família contemporânea, como consequência da industrialização, diminuiu de dimensão e se tornou essencialmente nuclear fechando-se cada vez mais sobre si própria. Deixou de ser um lugar de produção para passar a ser um lugar de consumo. Deixou de assegurar todas as funções que anteriormente desempenhava e entre aquelas que ainda desempenha, a socialização das crianças por exemplo, é hoje partilhada com outras instituições (escola, media, grupos de pares). Por outro lado, a família pode ser, agora mais do que nunca, um lugar privilegiado de afectividade, um refúgio, dado que o que antigamente era partilhado por numerosos membros da família (alargada) é hoje concentrado no casal e filhos (quando os há), conferindo-lhe, deste modo, um poder substancial. Deve-se de qualquer das formas ter presente que não se pode atribuir uma única causa às transformações da família, devendo estas ser consideradas como acontecimentos complexos e dinâmicos que se relacionam com todas as outras esferas da vida social.

A criança é um dos elementos fulcrais da família contemporânea e contudo, pouca atenção lhe tem sido dada pela sociologia. Foram, apesar de tudo, elaboradas algumas teorias sobre o papel e o lugar da criança na família. André Burguière, por exemplo, defende que com a emergência da contracepção se assistiu a uma mudança de atitude perante a vida, a uma mudança afectiva que conduziu a uma valorização qualitativa da criança, ou seja, passou-se a investir no futuro da criança, através da educação, dos acrescidos cuidados médicos e da elevação do nível de vida. Assim, as crianças passam a ser encaradas numa perspectiva de estratégia de ascensão social. Philippe Ariès refere que o desenvolvimento do sentimento da infância se prende com a tomada de consciência da existência de uma personalidade infantil e com o prolongamento do período da infância o que tem como consequência uma nova valorização da criança, no

A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

sentido em que lhes são prestados mais cuidados, nomeadamente de saúde e educação. A criança passa a ser vista como um capital e cumpre o papel de reproduzir o modelo familiar ou de assegurar a ascensão social da família. Os valores familiares passam a centrar-se na criança, na sua educação, no seu desenvolvimento. A vida da família organiza-se em função das necessidades da criança.

Há contudo autores que defendem que este estatuto da criança enquanto «capital», se alterou, nas sociedades modernas, com a perda das funções instrumentais da família. A criança, passa a ser vista, não como um capital, mas como um «custo» ou «bem de consumo efectivo»¹. J. Blake contrapõe a esta teoria, a ideia de que os filhos podem servir como fornecedores de status e segurança à família. Também Neal e Groat referem que a criança surge como uma forma das famílias adquirirem poder e sentido. Schnaiberg e Goldenberg, vêem chamar a atenção para o facto das funções dos filhos irem muito para além das funções expressivas. Assim, para estes autores, os filhos podem assegurar por exemplo, a ajuda de tipo material e a assistência institucional.

Torna-se contudo necessário relativizar e tomar em conta as diferentes categorias sociais em que se inserem as famílias, que influenciam tal como acontece com os modelos de educação e socialização, a imagem e o estatuto que se concede à criança. Nos meios mais favorecidos, “a criança é quase exclusivamente encarada como garantia de uma relação afectiva privilegiada, enquanto que nos meios populares a função expressiva é acrescida de significações instrumentais indirectas: apoio material, dota os pais de uma identidade social de certa forma prestigiante e dá oportunidade aos membros destas categorias sociais de exercerem um poder que normalmente lhes é vedado². Assim, para as classes mais desprotegidas, o papel atribuído à criança oscila entre diversos modelos. O sentimento de infância caracteriza-se, mais marcadamente, por uma série de traços negativos; são famílias sem estratégias de futuro, marcadas pela instabilidade, pelo desemprego, pelas más condições de habitação, e por diversos outros problemas inerentes, como o alcoolismo, adições, maus tratos, etc...

É sobretudo destas famílias, que emergem as fileiras de crianças que constituem o objecto de estudo deste trabalho.

2.2. A criança e os conceitos de Socialização e Reprodução Interpretativa

Outra questão que deve necessariamente ser abordada neste trabalho é a especificidade do facto dos nossos inquiridos serem crianças. Só muito recentemente, a

¹ KELLERHALS, Jean, *Microsociologia da Família*, 1989, Mem Martins, Publicações Europa-América, p. 95

² KELLERHALS, Jean, *Microsociologia da Família*, 1989, Mem Martins, Publicações Europa-América, p. 98

A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

criança começou a ser concebida como um actor activo, com poder de decisão e acção próprio. Por exemplo, e no que se refere à *socialização*, encontramos em Durkheim a noção de transmissão de um «património comum» que era assimilado passivamente pelo socializado. Esta ideia da criança como um ser passivo e logo, inadequado enquanto objecto de estudo da sociologia perdurou durante bastante tempo. Contudo, nos dias de hoje, já se tem em conta que a criança é também e, sobretudo, um ser activo, e que apesar de interiorizar um «*habitus* de classe» que não é, nem comum, nem institucionalizado, mas dependente do património de cada um, consegue estabelecer um certo equilíbrio entre os constrangimentos a que está sujeito e as suas disposições subjectivas. De facto, com Bourdieu e Passeron e com o estruturalismo em geral, começa a surgir a noção de ser activo no processo de socialização. Noção essa que se vai consolidar, sobretudo, com os interaccionistas que concebem a socialização como um processo de interacção entre as instâncias socializadoras e o socializado. De facto, trata-se de um «processo de influência», muitas vezes inconsciente em que o socializado vai construindo o real, efectuando ao mesmo tempo um distanciamento desse real, constituindo-se como um ser autónomo e independente. Aliás, é também essa a posição de William Corsaro que contribui grandemente para a compreensão dos mundos da criança ao afirmar que “estas são agentes activos que constróem as suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto”³. A concepção de socialização é assim alargada e complementada pelo conceito *Reprodução Interpretativa* que se refere, no essencial, à ideia de que “a criança contribui activamente para a preservação (ou reprodução) da sociedade assim como para a sua manutenção”⁴.

2.3. Sociologia da Infância – a emergência de um novo olhar sobre a criança

Não foi só no seio da família, mas também no domínio da sociologia que se verificou nos últimos tempos uma sentida modificação no estatuto tradicional da criança, que passou a ser considerada como actor e construtor social de si própria. Este pressuposto conduziu à constituição da infância como uma categoria ontologicamente distinta das outras etapas do percurso social dos indivíduos. Tanto a Sociologia da Família como a Sociologia da Educação encaram a criança da perspectiva dos adultos, seja inserida no contexto das práticas socializadoras parentais, seja inserida no processo de escolarização através dos enquadramentos sociais e institucionais dos desempenhos escolares. A Sociologia da Infância vai mais além e considera a criança como pleno actor e construtor de si própria e logo como legítima unidade de análise. O interesse sociológico pelas crianças enquanto unidade de análise legítima surgiu apenas por volta

³ CORSARO, William, 1997, “The Sociology of Childhood”, California, Pine Forge Press, p. 5.

⁴ CORSARO, William, 1997, (idem), p. 5.

A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

dos anos 80 e os primeiros trabalhos foram essencialmente empíricos. Pode dizer-se que o pioneiro da investigação sistemática sobre as crianças no domínio da Sociologia da Infância, foi Jens Qvortrup que contribuiu para a formulação de teorias acerca da infância enquanto categoria estrutural, ou seja, enquanto categoria social como os grupos etários, as classes sociais ou os géneros sexuais, constituindo-se perante a sociedade enquanto categoria estrutural permanente ainda que os seus membros se alterem continuamente. Mais uma vez, também Corsaro, partilha desta perspectiva ao defender que a infância é uma forma estrutural ou uma parte da sociedade que se inter-relaciona com outras categorias estruturais tais como a classe, o género e o grupo de pares, pelo que a organização estrutural destas categorias e as mudanças nelas ocorridas, influenciam a natureza da infância.

Assim, os autores que se dedicaram à Sociologia da Infância procuraram dar voz às crianças e colocar no centro dos seus objectos de estudo o mundo das crianças visto pelas crianças e não apenas através de uma leitura adulta. É também o que se pretende fazer nesta pesquisa. Ou seja, perceber quais as representações e expectativas familiares e mais concretamente, sobre a adopção, através do olhar das crianças, através das suas próprias palavras e atitudes, constituindo-as como uma categoria social legítima de ser transformada num objecto de estudo e entendendo-as como actores e construtores sociais de si próprias. Portanto, considerando-as enquanto capazes de apreender o que se passa à sua volta e de num processo de reflexividade reconstruir a realidade e projectá-la nas suas representações e expectativas e não apenas como sujeitos passivos que interiorizam a cultura da sociedade e os conhecimentos e capacidades dominados pelos adultos. Neste sentido, William Corsaro, afirma que: “De uma perspectiva sociológica, a socialização não é apenas uma questão de adaptação ou interiorização mas também um processo de apropriação, reinvenção e reprodução”⁵.

Do exposto decorre uma definição da infância que a considera enquanto “**um grupo social específico, detentor de um conjunto complexo de práticas e representações próprias e características**”⁶.

2.4. A pertinência dos conceitos de Representações e Expectativas

A partir do conceito de «representações colectivas» de Durkheim, Moscovici, propôs pela primeira vez o conceito de «*representações sociais*». Este seria definido por três

⁵ SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa, 2000, “Contributos para uma sociologia da Infância: aspectos conceptuais e metodológicos”, in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*.

⁶ SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa, 2000, (idem)

A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

dimensões principais. A dimensão cognitiva traduz a representação como a representação processual de um objecto que é diferente do objecto em si. A dimensão simbólica mostra como o sujeito, transforma o objecto num signo, tornando-o seu de forma que acredita verdadeiramente na representação que construiu do objecto. Por último, a dimensão identitária lembra que a representação de um objecto é sempre uma representação de um sujeito, na medida em que traduz os valores e as ideias desse sujeito. Segundo Jodelet (1988 e 1989) “as representações sociais não são meras reproduções dos objectos. Na verdade, implicam a produção e criatividade do sujeito”⁷. Em consonância, Cléopâtre Montandon diz que as representações sociais são construções cognitivas que se referem à ideia ou imagem que temos das coisas que nos rodeiam e que elaboramos através das informações e das imagens que nos fornece o mundo social que nos rodeia. Na mesma linha, também Percheron, refere que as representações das crianças são formadas gradualmente, muitas vezes reformuladas perante novos elementos e que a criança tem um papel activo no reajustamento e reequacionamento dessas informações, tendo em vista a formação do seu próprio sistema de representações.

Segundo Isabel Guerra, “o conceito de «projecto» (ou «*expectativa*») refere-se a representações antecipativas de um futuro desejado que deve transformar a situação actual”⁸, ou seja, que coloca em relação os vários tempos do indivíduo: o seu passado, o seu presente e o seu futuro. É então necessária a realização de uma reflexão sobre o presente, sobre o futuro a que se aspira e sobre os meios necessários para operar a alteração desejada. As expectativas referem-se assim àquilo que se espera poder obter, e que se encontra deste modo na esfera do possível e do tangível.

Foi portanto, adoptando estas perspectivas que se constituiu o objecto de estudo deste trabalho e a problemática que lhe está agregada.

⁷ In DIOGO, Ana Matias, 1998, (idem), p. 43.

⁸ In DIOGO, Matias, 1998, “Famílias e Escolaridade – Representações parentais da escolarização, classe social e dinâmica familiar”, Lisboa, Ed. Colibri, p. 49.

3. Problemática

Pretende-se com este estudo, e conforme já foi referido, compreender a posição e opinião das crianças sobre assuntos que lhes dizem directamente respeito e que irão alterar as suas vidas drasticamente. A adopção e o integrar uma nova família será decerto um processo que muitas interrogações, expectativas, angústias e contradições trará ao quotidiano destas crianças. Importa então inquirir sobre essas angústias e sobre essas expectativas, se não para alterar a realidade e melhorar o desenrolar desses processos, pelo menos para contribuir com um melhor e mais profundo conhecimento da realidade.

Assim, esta pesquisa tentará demonstrar que as crianças e jovens institucionalizados em situação legal para adopção, têm diferentes representações e expectativas em relação ao processo de adopção pelo qual virão eventualmente a passar e em relação à família que gostariam (ou não) de ter no futuro, e que estas diferenças se associam a diferentes trajectórias de vida, a diferentes características pessoais, a diferentes tipologias da sua família (natural) de origem, a diferentes representações sobre a família e a diferentes sociabilidades e graus de integração na instituição que os acolhe. A idade de separação da família de origem pode influenciar grandemente as representações e expectativas familiares das crianças. Uma criança que não tenha memórias de uma família terá decerto representações e expectativas diferentes de uma criança que tenha recordações vivas da sua vida familiar anterior. A passagem por outras instituições ou por famílias de acolhimento ou ainda a passagem por experiências de adopção que não tenham resultado são com certeza, cruciais na construção das representações das crianças e nas expectativas que nutrem em relação ao seu futuro. As características pessoais referidas, passam pela idade, sexo, etnia, ano escolar frequentado, classe social de origem e eventualmente, escolaridade dos pais. A existência de irmãos na mesma instituição ou noutras instituições de acolhimento poderá também influenciar as representações e expectativas destas crianças sobre a adopção e a hipótese de uma nova família, assim como as representações e os papéis familiares e as funções atribuídas. Outro aspecto importante é o que denominei de grau de integração na instituição, que poderá ser medido através das relações estabelecidas no interior da instituição seja com outras crianças, seja com funcionários, isto é, das sociabilidades estabelecidas e através do tempo de residência no lar. Por fim, a investigação será realizada em duas instituições de perfis, organizações e modos de funcionamento diferentes que, penso, também serão diferenciadoras das representações e expectativas das crianças que albergam. Assim, a pesquisa será feita junto de crianças de uma instituição de pequena dimensão, com poucas crianças a cargo e com um

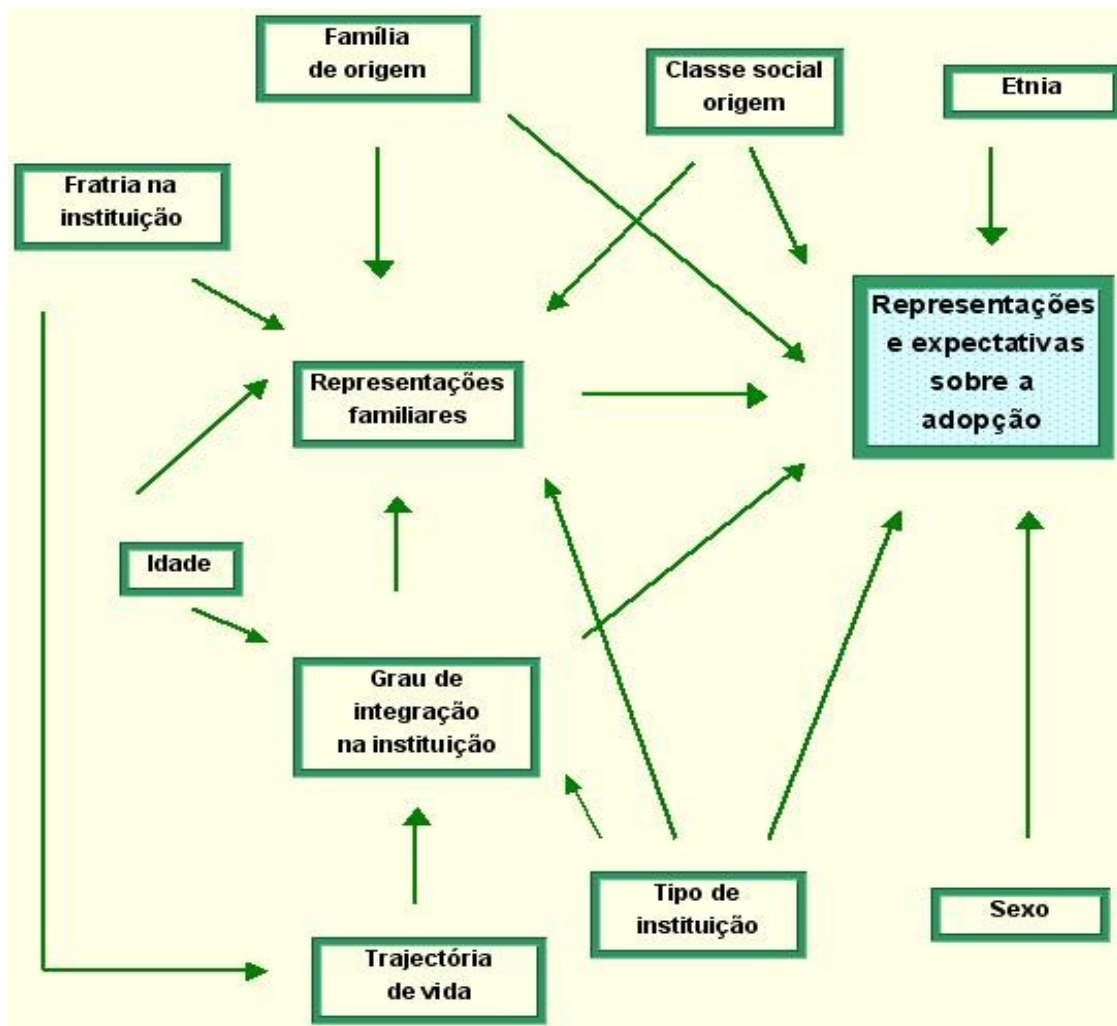
A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

ambiente familiar e de uma instituição de grande porte, com um modo de organização vinculadamente institucional.

Foi com base nestas considerações que foi elaborado o seguinte modelo de análise e foi considerada a seguinte operacionalização das dimensões de análise:

3.1. Dimensões e Modelo de Análise



A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

DIMENSÕES	INDICADORES	
INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Lar tipo “familiar” – pequena dimensão- Lar tipo “institucional” – grande dimensão	
REPRESENTAÇÕES FAMILIARES	<ul style="list-style-type: none">- Imagem da família- Funções atribuídas- Papeis familiares	
TRAJECTÓRIA DE VIDA	<ul style="list-style-type: none">- Idade de separação da família origem- Passagem por outras instituições- Passagem por família de acolhimento ou situações de adopção	
GRAU DE INTEGRAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none">- Tempo de residência no lar- Sociabilidades dentro e fora da instituição- Relacionamento com colegas e funcionários	
FAMÍLIA DE ORIGEM	<ul style="list-style-type: none">- Tipologia- Existência de Fratria	
CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none">- Sexo- Idade- Etnia- Ano escolar	
	<ul style="list-style-type: none">- Classe Social- Origem	<ul style="list-style-type: none">- Escolaridade Pais- Condição perante a profissão- Profissão- Situação na profissão

3.2. Hipóteses de partida

Deste modelo de análise decorrem inúmeras hipóteses de trabalho, que pelo enorme peso do carácter exploratório desta pesquisa, se resumirão a tentativas mais ou menos intuitivas de apreensão da realidade. Saliento que serão provavelmente, complementadas, alteradas e reformuladas à medida que for decorrendo o processo de recolha da informação e que forem surgindo novos dados e pontos de vista que ainda não tenham sido contemplados.

1. As representações sobre a adopção e as expectativas familiares das crianças são principalmente influenciadas pelas suas representações familiares.
 - Uma imagem positiva da família originará representações positivas sobre a adopção e expectativas familiares no sentido da adopção.
 - Por outro lado, uma imagem negativa da família, originará representações negativas sobre o processo de adopção e a recusa da mesma.

2. As representações familiares e as expectativas sobre a adopção serão ainda influenciadas pela trajectória pessoal da criança.
 - A idade de separação da criança da família de origem pode ser um factor diferenciador das representações e expectativas, consoante a criança guarde ou não memórias familiares.
 - A passagem por outras instituições, famílias de acolhimento, ou tentativas fracassadas de integração numa família, poderão ter um efeito negativo nas expectativas da criança.

3. A existência de irmãos fora ou dentro da instituição influenciam também os projectos familiares
 - A existência de irmãos inibirá o desejo das crianças de serem adoptadas.

4. O grau de integração na instituição de acolhimento inibirá ou potenciará o desejo de adopção por parte das crianças, consoante estas já sintam que fazem parte de uma família (na instituição) ou não.

5. Também o tipo de instituição de acolhimento em que as crianças estão afectará as suas expectativas relativamente à adopção.
 - As crianças inseridas numa instituição de pequena dimensão e de tipo “familiar”, apresentarão maior resistência à adopção do que crianças inseridas numa

A adopção pela voz das crianças

Representações e expectativas sobre a adopção em crianças institucionalizadas

instituição de grandes dimensões em que os cuidados e as relações se tornam, em princípio, mais impessoais e frágeis.

6. A tipologia da família de origem influenciará e diferenciará também, decerto, as representações familiares e as expectativas da criança em relação à sua futura família
7. As crianças tenderão a preferir famílias adoptantes da sua própria etnia.
8. Penso também que tenderão a preferir casais heterossexuais sem filhos para seus futuros pais.
9. As crianças mais novas apresentarão representações mais positivas sobre a família e acalantarão mais facilmente o desejo de serem adoptados do que as crianças mais velhas.
10. O sexo, poderá também ser diferenciador das representações familiares e nomeadamente, da atribuição de papéis aos membros da família.

4. Procedimentos Metodológicos

4.1. Recolha da informação

As estratégias para a recolha dos dados, passam pela realização de um estágio com a duração de 6 meses no total, em regime de voluntariado em duas instituições tutelares de protecção e guarda de crianças e jovens em risco, às quais se pedirá previamente a autorização necessária para a realização do estudo. Assim, pretendo contactar uma instituição de grandes dimensões que albergue bastantes crianças (70-100) e um instituição de tipo familiar com poucas crianças a cargo (10-20).

Serão inicialmente realizadas entrevistas exploratórias a técnicos especializados das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, e a técnicos das instituições de acolhimento onde irá decorrer o estudo.

Para a caracterização sociográfica das famílias de origem das crianças e para informações adicionais relativamente aos processos de afastamento e processos de adopção das crianças, serão consultados os ficheiros disponíveis nas instituições.

Relativamente à recolha da informação junto das crianças, recorrerei a uma metodologia qualitativa por forma a permitir obter resposta às questões chave sem no entanto excluir as informações inesperadas ou paralelas que possam surgir no decorrer do processo de comunicação e que possam vir a alterar ou enriquecer as hipóteses iniciais de trabalho. Ou seja, o objectivo é deixar caminho livre às interpretações e expressão de sentimentos dos entrevistados pelas suas próprias palavras. Será necessário, conforme sugere Sara Saramago, elaborar técnicas com base em “ferramentas metodológicas que procurem ser permeáveis às especificidades do grupo social da infância e às particularidades de cada criança enquanto actor social pleno”⁹. Desta forma, e para a apresentação do tema às crianças, será elaborada uma história que será apresentada sob a forma de uma banda desenhada em que as personagens viverão situações muito próximas das suas, o que se espera, suscitará observações, opiniões e debate, que permitam numa primeira fase um olhar global sobre as representações destas crianças. Posteriormente, como se trata de actores com características muito específicas, que se aborrecem facilmente e cansam rapidamente serão efectuadas a cada observável, entrevistas-conversa orientadas por grandes blocos temáticos intercomunicáveis que “permitam uma deambulação temática que se afigure constantemente pertinente e lógica”¹⁰.

⁹ SARAMAGO, Silvia, 2001, “Metodologias de pesquisa empírica com crianças”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 35, Oeiras, celta Editora, p.13 .

¹⁰ SARAMAGO, Silvia, 2001, (idem), p. 14.

Recorrerei ainda à observação participante, por um lado, porque ao participar directamente nas actividades lúdicas (e não só), próprias das crianças me tentarei colocar como um seu semelhante e estabelecer amizades e relações de confiança que me permitam efectuar as entrevistas com muito mais à vontade e colaboração das crianças e, por outro lado, por permitir uma melhor identificação das particularidades, quer das instituições, quer das crianças, para uma mais profunda compreensão dos seus comportamentos, dos relacionamentos que estabelecem, mas principalmente, das suas representações e expectativas.

4.2. Tratamento da informação

Relativamente ao tratamento dos dados, procederei a uma análise de conteúdo das entrevistas-conversa através de uma análise temática vertical, ou seja, analisando aprofundadamente cada entrevista de cada criança per si procurando a explicação para as questões levantadas a um nível singular, para depois aplicar então uma análise de conteúdo horizontal na expectativa de poder estabelecer comparações, relações e agrupamentos entre os entrevistados.

Portanto, os textos das entrevistas serão transformados em categorias por forma a poder compará-las entre si. Dado o carácter exploratório deste trabalho não existem ainda categorias definidas previamente à análise, nem nenhum quadro categorial pre-estabelecido, pelo que o método a seguir basear-se-á num procedimento aberto ou exploratório.

4.3. Os observáveis

As crianças a inquirir terão idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos. A idade mínima foi escolhida com base no pressuposto de que nestas idades as crianças começam já a dominar melhor a linguagem escrita e oral, o que “lhes proporciona formas mais amplas de comunicação, expressão e percepção do mundo à sua volta (...)”¹¹ e, portanto por possuírem já uma certa «experiência» de vida que lhes proporciona, decerto, ideias e representações mais completas e pensadas ao mesmo tempo que lhes permite exprimir-se com maior facilidade sobre a família, as suas funções, qualidades e defeitos, sobre as suas sociabilidades, trajectos de vida e expectativas futuras. A idade máxima foi escolhida por ser a idade limite legal que a criança deve ter à data da petição judicial de adopção¹².

A amostra procurará englobar o mesmo número de rapazes e de raparigas distribuídos mais ou menos equitativamente pelo intervalo de idades referido, assim como uma distribuição equitativa das etnias existentes entre as crianças institucionalizadas. O número de crianças a inquirir em cada instituição obedecerá a uma proporção com base na população residente em cada uma delas. No total penso inquirir cerca de 50 crianças.

¹¹ SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa, 2001, *Metodologias de Pesquisa Empírica com crianças*, in “Sociologia, Problemas e Práticas”, n.º 35, Oeiras, Celta Editora, p. 12.

¹² Diário da República, I Série-A, Lei n.º 31/2003 de 22 Agosto (Nova Lei da Adopção), artigo 1980.º.

5. Bibliografia

- ❖ ALMEIDA, Ana Nunes, GUERREIRO, M^a. Dores, LOBO, Cristina, TORRES, Anália, WALL, Karin, 1998, “Relações familiares: mudança e diversidade” *in Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- ❖ ALMEIDA, Ana Nunes, 2000, “Olhares sobre a infância: pistas para a mudança”, *in Actas do Congresso Internacional Os Mundos sociais e culturais da infância – II Volume*, Braga, UM, IEC.
- ❖ ALMEIDA, João Ferreira, (coord.), 1994, “Introdução à Sociologia”, Lisboa, Universidade Aberta.
- ❖ BRANNEN, Julia, HEPINSTALL, Ellen, BHOPAL, Kalwant, 2000, “Connecting Children”, London, Routledge Falmer.
- ❖ CORSARO, William, 1997, “The Sociology of Childhood”, California, Pine Forge Press.
- ❖ DIOGO, Matias, 1998, “Famílias e Escolaridade – Representações parentais da escolarização, classe social e dinâmica familiar”, Lisboa, Ed. Colibri.
- ❖ KELLERHALS, Jean, TROUTOT, Pierre-Yves, LAZEGA, Emmanuel, 1984, “Microsociologia da família”, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- ❖ MTS, 2000, “Crianças e jovens que vivem em lar: caracterização sociográfica e percursos de vida; Lares de crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento”, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
- ❖ MONTANDON, Cléopâtre, 1997, “L'éducation du point de vue des enfants”, Paris, Editions L'Harmattan.
- ❖ PINTO, SARMENTO, “As crianças: Contextos e identidades”
- ❖ QUINTON, David, RUSHTON, Alan, DANCE, Cherilyn, MAYES, Deborah, 1998, “Joining New Families – A study of Adoption and Fostering in Middle Childhood”, Chichester, John Wiley & Sons.
- ❖ RODRIGUES, Nuno, 2000, “Sociabilidades, estratégias e projectos de vida de menores em instituições tutelares”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*.
- ❖ SARAMAGO, Sílvia, 2000, “Contributos para uma Sociologia da Infância: aspectos conceptuais e metodológicos”, *in Actas do IV Congresso Português de Sociologia*.
- ❖ SARAMAGO, Sílvia, 2001, “Metodologias de pesquisa empírica com crianças”, *in Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 35, Lisboa, CIES.
- ❖ SARAMAGO, Sílvia, 1994, “As identidades da infância, Núcleos e processos de construção das identidades infantis”, *in Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 16, Lisboa, CIES.
- ❖ SARAMAGO, Sílvia, 2000, “As emoções e o mundo secreto das crianças”, *in Actas do Congresso internacional Os Mundos Sociais e Culturais da Infância, Volume III*, Braga, UM, IEC.
- ❖ SARMENTO, Manuel Jacinto, PINTO, Manuel, 1997, “As crianças – Contextos e Identidades”, UM, Centro Estudos da Criança.
- ❖ SEGALLEN, Martine, 1981, “Sociologie de la famille”, Paris, Armand Colin Éditeur.



Atribuição – Uso Não-Comercial – Proibição de realização de Obras Derivadas 2.5

O utilizador pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra

Sob as seguintes condições:



Atribuição. O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



Uso Não-Comercial. O utilizador não pode utilizar esta obra para fins comerciais.



Não a Obras Derivadas. O utilizador não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

- Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Qualquer direito de uso legítimo (ou "fair use") concedido por lei, ou qualquer outro direito protegido pela legislação local, não são em hipótese alguma afectados pelo disposto acima.

Este é um sumário para leigos da Licença Jurídica (na íntegra), que pode ser consultada em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/legalcode>

Termo de exoneração de responsabilidade

O Acordo Commons não é uma licença propriamente dita. É apenas uma referência simples para entender a Licença Jurídica (a licença integral) – é uma expressão dos termos-chave que pode ser compreendida por qualquer pessoa. O Acordo Commons em si não tem qualquer valor legal e o seu conteúdo não aparece na licença integral.

O Creative Commons não é um escritório de advocacia e não presta serviços jurídicos. A distribuição, exibição ou inclusão de links para esta Licença Simplificada não estabelece qualquer relação cliente-advogado.